

A Ciência Económica em Portugal

UMA HISTÓRIA RECENTE

2019

Vítor Neves e José Reis
Coordenadores


ALMEDINA

A CIÊNCIA ECONÓMICA EM PORTUGAL

UMA HISTÓRIA RECENTE

COORDENADORES

Vitor Neves e José Reis

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76-80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

REVISÃO

Victor Ferreira

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

João Jegundo

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Novembro, 2019

DEPÓSITO LEGAL

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



ALMEDINA

GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL — CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

A CIÊNCIA ECONÓMICA EM PORTUGAL

A ciência económica em Portugal:

uma história recente / coord.

Vitor Neves, José Reis

ISBN 978-972-40-8155-7

I — NEVES, Vitor

II — REIS, José

CDU 330

AGRADECIMENTOS

Este livro é uma obra coletiva, um trabalho de equipa, com a singularidade das suas contribuições individuais mas pensado como um todo no contexto de muitas, ricas e frutuosas trocas de ideias.

O trabalho que realizámos não teria sido possível sem a preciosa colaboração de muitas personalidades que disponibilizaram o seu tempo para, em entrevistas ou por email, fornecerem muito do material com que este livro se teceu. Para todos eles, demasiado numerosos para serem aqui referidos mas cujos nomes o leitor identificará ao longo das páginas que se seguem, o nosso agradecimento. Uma palavra de agradecimento é também devida a Victor Ferreira pelo trabalho competente e pelo inexcedível cuidado na revisão de todo o manuscrito.

Este trabalho tem o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT/MEC), através de fundos nacionais, e é cofinanciado pelo Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional — FEDER, através do Programa Operacional Competitividade e Inovação — COMPETE 2020, no âmbito do projeto RECON — *Que ciência económica se faz em Portugal? Um estudo da investigação portuguesa recente em Economia (1980 à atualidade)*, com a referência: PTDC/IVC-HFC/3826/2014 — POCI-01-0145-FEDER-016871.

Capítulo 5

Ciência, valores e política: como os economistas têm vindo a pensar a Economia em Portugal*

VÍTOR NEVES

A questão, ou complexo de questões, de até que ponto o conhecimento “objetivo”, livre de pressupostos éticos ou políticos “subjctivos”, enviesamentos ideológicos, ou “juízos de valor”, do mundo social e económico é possível, pode parecer um daqueles velhos temas filosóficos perenes que nunca parecem alcançar, ou serem suscetíveis de alcançar, algo como uma resolução ou solução acordada. No entanto, mesmo os temas filosóficos perenes talvez devessem ser virados do avesso de vez em quando.¹

T. W. HUTCHISON (1964)

* Este texto só foi possível graças à disponibilidade e amabilidade das e dos colegas que, presencialmente ou por escrito, aceitaram dar o seu testemunho para este trabalho, nomeadamente Alfredo Marvão Pereira (AMP), António Afonso (AA), Carlos Pimenta (CP), Isabel Horta Correia (IHC), João César das Neves (JCN), João Santos Silva (JSS), José Luís Cardoso (JLC), Luís Cabral (LC), Manuela Silva (MS), Nuno Garoupa (NG), Nuno Ornelas Martins (NOM), Pedro Pita Barros (PPB), Ricardo Reis (RR) e Vítor Castro (VC).

Uma palavra de agradecimento é ainda devida aos colegas Álvaro Garrido, Carlos Bastien, José Luís Cardoso e José Reis pelos comentários e sugestões que fizeram a uma versão anterior deste trabalho, sem os quais este teria sido muito diferente, para pior. A responsabilidade pelo texto final é, obviamente, minha.

¹ Original em inglês: *The question, or complex of questions, as to how far ‘objective’ knowledge, free of ‘subjective’ ethical or political presuppositions, ideological bias, or ‘value-judgments’, is possible of the social and economic world, may seem to be one those perennial philosophical chestnuts which never seem to reach, or likely to reach, anything like a settled or agreed solution. However, even perennial philosophical chestnuts should perhaps be turned over from time to time.*

Introdução

A ciência económica sempre manteve um forte vínculo com considerações e preocupações de natureza ética e política. O problema da “objetividade” e da “cientificidade” da Economia assim como a questão da natureza das recomendações de política que os economistas, enquanto peritos, põem à disposição da sociedade em que se inserem são, há muito, temas de reflexão e debate na Economia. Portugal não é exceção. A importância dos valores na Economia, a distinção entre economia “positiva” e economia “normativa”, a questão da objetividade e as relações entre a ciência económica e a política são há muito temas presentes nas discussões portuguesas sobre a Economia.

É verdade que, salvo honrosas exceções, a literatura sobre estes temas é em Portugal relativamente pouco elaborada. As considerações produzidas não constituem, em geral, um domínio de reflexão epistemológica aprofundada. Como notou o Professor Manuel Jacinto Nunes: «Os economistas portugueses — e não só, mas em especial — preocupam-se pouco com os problemas da metodologia económica. Formados dentro de uma orientação, seguem-na, em geral, vida fora sem questionar os seus fundamentos» (M. J. Nunes, 2004: 7).²

António Afonso, professor do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), exprime bem o pensamento de muitos economistas acerca das questões filosóficas da Economia quando afirma: «o papel da Economia é procurar as melhores formas de resolver problemas de cariz económico na sociedade, e menos reflexões filosóficas sobre os ditos problemas» (AA, email de 13.7.2019).

Pela minha parte, dediquei ao assunto vários trabalhos (V. Neves, 2010; Caldas e Neves, 2012a, 2012b) e participei na organização, em Coimbra, em 2010, de um seminário sobre o tema “Factos, Valores e Objetividade”, o qual reuniu vários economistas e outros cientistas sociais, nacionais e estrangeiros, e permitiu juntar um importante acervo de trabalhos (Caldas e Neves, 2012c).

José Luís Cardoso, por seu turno, dedicou ao tema das relações entre a Economia, a Ética e a Política a sua Lição de Agregação (Cardoso, 1994,

² O problema não será exclusivo da Economia. Em 2003, Boaventura de Sousa Santos escrevia: «o debate epistemológico tem estado quase totalmente ausente em Portugal e a nossa comunidade científica tem exígua participação nas discussões internacionais» (Santos, 2003: 24). Não há razões para acreditar que a situação se tenha alterado.

1995) e voltou ao assunto várias vezes desde então (Cardoso, 2001, 2017). Uma das teses mais desafiantes defendida por Cardoso é que este é «um dos temas de maior significado na caracterização da especificidade do pensamento económico português» (Cardoso, 2001: 17).

Não cabe aqui discutir a questão da “especificidade” do pensamento económico português neste domínio. O propósito neste capítulo é mapear as posições fundamentais sobre o tema. Para o efeito, foi entrevistado um número limitado de autores, com trabalho publicado sobre o assunto, e analisaram-se as suas publicações. Enviou-se também um pequeno questionário,³ por email, a 20 economistas portugueses (13 atualmente afiliados em universidades portuguesas, 4 em universidades americanas e 3 em universidades do Reino Unido), situados nos lugares cimeiros do *ranking* por autores do CEF.UP+NIPE.⁴ A taxa de resposta foi de 50% (4 afiliados em universidades portuguesas,⁵ 6 em universidades estrangeiras⁶). O que aqui se apresenta será, no essencial, um inventário dessas posições em discurso direto.

Assim, depois de, na secção 1, se situarem as origens do pensamento económico moderno sobre o tema, será analisada, na secção seguinte, a questão da neutralidade dos valores na ciência económica. O problema

³ Pedia-se neste questionário uma brevíssima nota sobre a distinção positivo-normativo na Economia e, especificamente, uma resposta às seguintes questões:

- i) A ciência económica é, em seu entender, uma ciência independente dos valores morais que os economistas possuem perfilhar?
- ii) Partha Dasgupta, no seu texto “Facts and Values in Modern Economics”, de 2009, defende que os valores podem condicionar ou determinar as perguntas mas não as respostas. Segundo Dasgupta, quando os economistas discutem sobre problemas como a pobreza ou justiça distributiva fazem-no argumentando sobre os meios mais eficazes para resolver um problema, sobre a sua magnitude ou sobre a distribuição de benefícios e custos entre as pessoas — argumentam sobre factos, raramente sobre valores (mesmo que as suas percepções sejam condicionadas pelos seus valores). Concorda?
- iii) O economista, enquanto “consultor do Príncipe”, dá pareceres técnicos ou faz política? Num caso — Nuno Ornelas Martins —, o questionário incluía um conjunto mais alargado de questões.

⁴ Centro de Economia e Finanças da Universidade do Porto (CEF.UP); Núcleo de Investigação em Políticas Económicas (NIPE) da Universidade do Minho.

⁵ António Afonso (ISEG), Isabel Horta Correia (Católica, Lisboa), Nuno Ornelas Martins (Católica, Porto) e Pedro Pita Barros (Nova).

⁶ Alfredo Marvão Pereira (The College of William and Mary: Williamsburg, VA, EUA), João Santos Silva (Surrey, Reino Unido), Luís Cabral (NYU Stern, EUA), Nuno Garoupa (Illinois, EUA), Ricardo Reis (LSE, Reino Unido) e Vítor Castro (Loughborough, Reino Unido).

aí tratado será a possibilidade, ou não, de uma ciência económica neutra (positiva) relativamente aos valores. Será considerada, em primeiro lugar, a tese da separação entre factos e valores, segundo a qual importa eliminar as considerações valorativas da esfera da Economia como ciência — a Economia como uma ciência positiva (subsecção 2.1). A seguir, irá passar-se em revista um conjunto de posições que assumem a natureza inevitavelmente valorativa da ciência económica (subsecção 2.2). Aí serão abordadas correntes de pensamento diversas, desde a defesa da “razoabilidade” da distinção positivo-normativo *apesar* dos valores até à impossibilidade de uma ciência positiva *independente* dos valores. Na secção 3, o foco incidirá na questão da relação entre a Economia e a Política (ou, mais especificamente, entre a teoria e a política económica), em particular na ideia da (im)possibilidade da separação do técnico relativamente ao político, no âmbito da qual se tratará a questão fundamental da discussão do lugar das finalidades do agir humano na ciência económica. Algumas notas finais concluirão o capítulo.

1. As raízes do pensamento moderno sobre a distinção positivo-normativo na ciência económica em Portugal

O pensamento moderno português sobre a relação entre as dimensões positiva e normativa da Economia tem as suas origens em Coimbra, na segunda metade da década de 1930, pela mão de Teixeira Ribeiro (1908–1997), na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e, mais tarde, em Lisboa, no então ISCEF, por Pinto Barbosa (1917–2006) — vejam-se as Lições de Economia Política ao 2^o ano jurídico de 1941/42, de Teixeira Ribeiro (1942: 95–97), e Barbosa (2006 [1943], 1946, 1950).⁷

⁷ A associação da renovação do pensamento económico português à importante reforma do ensino da Economia levada a cabo no ISCEF em 1949, dinamizada e liderada por António Manuel Pinto Barbosa, que introduz em Portugal o primeiro currículo em Economia como disciplina científica conforme aos cânones internacionais da época, é bem conhecida (mas veja-se, a propósito, J. C. Neves e Silva (1999: 17–65) e Bastien e Cardoso (2000)). O ano de 1949 pode bem ser considerado um marco fundamental na institucionalização da economia moderna em Portugal. Ainda assim, como bem apontou Armando Castro, é com Teixeira Ribeiro, no contexto do ensino do Direito, que se inicia, a partir de 1936, «uma importante fractura relativamente às longas tradições pré-científicas [“pré-teóricas”] que permeavam todo o ensino da Ciência Económica em Portugal» (Castro, 1978: 249). Aliás, o próprio Teixeira Ribeiro virá, mais tarde, a reivindicar, fundamentadamente, que «tanto o novo ensino como o novo estudo das ciências económicas deste século em Portugal [refere-se naturalmente ao

Teixeira Ribeiro (TR), inspirado em François Perroux⁸ (1936: 19–25; 1938: 31–33) — o seu «mestre post-universitário de Economia» (Ribeiro, 1954: 403) — e nos contactos que com este manteve em 1935 (ano em que Perroux foi chamado a lecionar a cadeira de Economia Política na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra), estabeleceu claras fronteiras entre os domínios da teoria, da doutrina e da política. *Teoria* seria o domínio da ciência, dos juízos de existência, do estabelecimento de relações entre fenómenos (ou “uniformidades”); a *doutrina*, o domínio dos juízos de valor acerca de como as coisas devem ser (o domínio dos “ideais”); a *política*, o domínio das regras para a realização de fins exogenamente determinados (uma “arte”). Como diria noutra ocasião, «[a] teoria diz o que é; a política, o que pode ser; a doutrina, o que deve ser» (Ribeiro, 1959: 19). A ciência económica, ensinava TR aos seus alunos, «não é política, não é doutrina, a ciência é, e toda a ciência é, teoria» (Ribeiro, 1942: 96). É uma posição que se inscreve numa linha de pensamento que remonta a, pelo menos, John Stuart Mill e Nassau Senior,⁹ e que foi sistematizada por John Neville Keynes, nos finais do século XIX, segundo a qual é fundamental, no plano metodológico, distinguir a *ciência* da *arte* da Economia.¹⁰

O tema continuará a interessar TR ao longo de toda a sua vida e a questão da positividade *vs.* normatividade da ciência económica vai levá-lo,

século XX] ambos nasceram e se adultaram em Coimbra» (Ribeiro, 1995: 260). Mais recentemente, J. C. Neves e Silva não deixam também de destacar a importância do professor de Coimbra: «Teixeira Ribeiro era então [finais da década de 1930, inícios da de 1940], quase exclusivamente, o único professor que ensinava verdadeira teoria económica» (1999: 33). E não deixam passar em claro o papel relevante de Teixeira Ribeiro, não só como inspirador e incentivador do trabalho de Pinto Barbosa na área da Economia, mas também no apoio à institucionalização da reforma do ISCEF (1999: 34, 47); ver, também, Bastien e Cardoso (2000: 86).

⁸ No seu Discurso no Doutoramento *Honoris Causa* de Perroux, Teixeira Ribeiro afirma: «Foi François Perroux, na verdade, que veio confirmar-me a importância decisiva do conhecimento teórico para a solução dos problemas económicos concretos, e a necessidade de despir a Economia Política de todas as roupagens doutrinárias, isto é, de todos os juízos de valor com que, sobretudo nos países latinos, frequentemente mascaravam a ciência» (Ribeiro, 1954: 402).

⁹ Sobre os detalhes desta história, ver Hutchison (1964: 23–50).

¹⁰ A distinção tripartida teoria-doutrina-política, dirá mais tarde Ribeiro (1995: 158–159), tem as suas origens na distinção efetuada por John Neville Keynes, em 1890, entre a economia positiva (o domínio das “uniformidades económicas”), a economia normativa (o domínio claramente valorativo da determinação dos “ideais económicos”) e a arte económica (o domínio da economia aplicada, da política económica, isto é, da definição de regras de ação tendo em vista um dado fim).

muitos anos mais tarde, a escrever um texto de crítica ao que designou de “normativismo radical” de Avelãs Nunes,¹¹ no qual a sua posição é expressa com clareza meridiana: «a teoria não pode, por definição, ser normativa, visto consistir em juízos de existência» (Ribeiro, 1995: 162). A teoria económica só podia ser positiva, pois que constituída por juízos de existência (ou juízos de facto). A doutrina económica, sendo constituída por juízos de valor, era claramente normativa e como tal excluída da ciência. TR não tinha dúvidas de que os juízos de valor não podiam ter lugar na ciência económica.

Neste mesmo texto, TR clarifica o seu pensamento relativamente à positividade/normatividade da Política Económica. Vale a pena citá-lo extensamente:

[A Política Económica], em princípio, é normativa, pois que constituída por deveres-ser e, portanto, por juízos de valor. [...] Simplesmente, os deveres-ser da política económica não têm o mesmo significado que os deveres-ser da doutrina económica. Pois o dever-ser de quem preconiza, por exemplo, a política monetária de estabilização tem de ser demonstrado à face da teoria económica e está, portanto, sujeito a refutação por via argumentativa; mas o dever-ser de quem preconiza, ainda por exemplo, uma redistribuição dos rendimentos, por a considerar menos injusta do que a distribuição actual, não tem de ser, e não pode sequer ser, demonstrado, visto ser indemonstrável todo e qualquer critério de justiça.

Há, assim, os juízos de valor que constituem a doutrina económica, e que são juízos resultantes da concepção que cada um tem do mundo e provindos, por isso, da sua opinião pessoal sobre matéria religiosa, moral, política, estética..., e há os juízos de valor que constituem a política económica, os quais resultam da aplicação das teorias ao conseguimento de fins. (Ribeiro, 1995: 160–161)

Fazendo apelo à distinção, que toma de empréstimo a autores como Nagel ou Blaug, entre juízos de valor *avaliadores* (os juízos de valor aos quais a doutrina económica apela) e juízos de valor *caracterizadores* ou *metodológicos* (os juízos considerados relevantes para a definição da política económica) Ribeiro argumenta:

¹¹ Este assunto voltará a ser abordado na subsecção 2.2.2.

[O]s deveres-ser da doutrina económica não podem ser refutados, nem por observação nem por demonstração, e daí que a doutrina económica não seja ciência económica; mas os deveres-ser da política económica podem ser refutados por qualquer dos processos, e daí que a política económica seja ciência económica. (Ribeiro, 1995: 160–161)

Assim, a política económica, sendo considerada normativa — «mas de um tipo especial de normatividade, muito diferente do da doutrina económica» (Ribeiro, 1995: 165) —, é incluída na ciência económica. Esta última abrangerá então a teoria económica — que segundo TR é positiva, «embora susceptível de uma vez ou outra ter por válidas concepções que, à face dos conhecimentos irrefutados, em rigor são erróneas» (1995: 165) — e a política económica, que é normativa. Apresenta, assim, «aspectos de objectividade e de subjectividade» (1995: 162).

Na mesma linha de TR, Pinto Barbosa (PB), em Lisboa, publica em 1943 um texto — “A economia, do ponto de vista positivo e do ponto de vista teleológico” — que, nas suas próprias palavras, no currículo que apresentou em 1950 para o concurso a professor catedrático do ISCEF, «denota[va], a par de algumas indecisões, a preocupação de separar a Teoria, da Doutrina e Política Económica» (*apud* J. C. Neves e Silva, 1999: 61).¹² É um texto onde PB evidencia uma clara preocupação em afirmar a «especificidade do económico» enquanto «conhecimento que permita servir de guia para a conduta prática da vida, nomeadamente da vida social» (Barbosa, 2006 [1943]: 416). Um conhecimento que, envolvendo uma tripla dimensão — teoria, doutrina e política —, deve claramente distinguir a Economia Teórica (a ciência económica) dos aspetos doutrinários e políticos. José Luís Cardoso considerou este texto como o «manifesto de cidadania da economia enquanto disciplina em Portugal» (Cardoso, 2006: 397). Será, na minha perspetiva, um passo mais no esforço de autonomização da Economia como ciência em Portugal, nomeadamente em relação às peias doutrinárias do corporativismo então reinante no país (Bastien, 2014).

¹² A apresentação, em 1942, deste texto coincide com o encontro do jovem PB com TR e o início de uma longa relação de colaboração e amizade entre ambos, marcada de início pelo papel que TR desempenha como guia intelectual de PB no estudo “a sério” da Economia, nomeadamente através da sua orientação na “leitura dos clássicos” (J. C. Neves e Silva, 1999: 33–34).

A autonomização da dimensão positiva da Economia Política, assente numa clara distinção entre teoria, doutrina e política, defendida por TR e PB, representa uma rutura com o pensamento até então dominante em Portugal. Mário de Figueiredo, um destacado professor da Faculdade de Direito de Coimbra (e seu diretor à época), figura grada do regime salazarista, no prefácio às *Lições de Economia Política* de François Perroux, publicadas na sequência do curso que este último lecionou em Coimbra, escreveria:

Numa coisa eu não partilho da crença do autor: é na possibilidade de se estudar Economia como se ela não servisse para nada. [...] eu creio que não é possível estudar as ciências do homem social sem tomar posição, explícita ou implícita, relativamente ao seu destino, quero dizer, sem postular uma certa concepção da vida. Não sei como se passa do *ser* para o *dever ser*; mas só me interessa o estudo do *ser* por causa do *dever ser*. No princípio era o normativo... (Figueiredo *apud* Perroux, 1936: viii)

Mais recentemente, merece especial destaque Francisco Pereira de Moura (1925–1998), um dos mais notáveis professores de Economia da universidade portuguesa na segunda metade do século XX — Francisco Louçã chamou-lhe «o fundador da Economia moderna em Portugal» (1999: 361). As suas obras influenciaram sucessivas gerações de estudantes de Economia (no atual ISEG, a sua escola de sempre, mas não só). Nas suas *Lições de Economia*, por exemplo, a questão da Economia como ciência positiva e como ciência normativa (e das relações entre a Economia e a Política), embora exposta de modo didático e simples, deixa transparecer a profundidade e densidade do seu pensamento. Atentem-se as suas palavras:

Não é pacífica a solução que ficou dada para este problema [da distinção entre *ciência* (positiva), *doutrina* e *política*], dos mais difíceis dentro da filosofia da Ciência, havendo autores categorizados e actuais que dão à Economia a natureza de *ciência normativa*, abarcando, portanto, a par do conhecimento pelos métodos positivos, também o domínio das apreciações doutrinárias; e, só por si, esta razão seria suficiente para tirar todo o carácter “dogmático” à matéria deste parágrafo. (Moura, 1986: 178)

E mais abaixo acrescenta:

Para formular uma política económica têm de propor-se *objectivos* ou *fins*, e têm de indicar-se *meios* para atingir tais fins. E transformou-se em costume afirmar que a indicação dos objectivos cai nos domínios da Ética, ao passo que a informação sobre os meios é da competência do economista; trata-se de uma solução apressada para o problema.

Na indicação dos fins recorre-se tanto à Doutrina como à Ciência: pois é necessário, antes de mais nada, conhecer correctamente as situações de facto (Ciência), sobre as quais se formulam depois as apreciações (Doutrina), com vista a definir o sentido da actuação; na própria fundamentação doutrinária também intervêm conhecimentos científicos (de Economia e de outras ciências positivas), a par com uma concepção do mundo e da sociedade, que já é terreno da Filosofia (ou da Teologia, para as concepções espiritualistas); mas até para essas concepções do mundo contribuem os próprios conhecimentos e progressos das ciências positivas, designadamente da Economia. Portanto, depara-se-nos um intricado de relações entre vários domínios logo nesta definição dos objectivos da política.

Ora acontece algo de semelhante no que respeita aos meios ou *instrumentos* da política. Em tese, cumpre colher nas informações científicas a indicação desses meios [...]. Simplesmente, acontece por vezes não serem doutrinariamente indiferentes os meios propostos pela ciência, levantando-se o problema de os seleccionar; e daqui se conclui que a indicação dos meios para a política económica não é apenas da alçada do economista, como tal, tendo também a ver com a moral e as concepções sociais. (Moura, 1986: 179)

Aqui já se está bem distante das distinções com claros contornos de Teixeira Ribeiro e Pinto Barbosa. O que se encontra em Pereira de Moura é um “intricado de relações” entre os domínios da ciência, da doutrina e da política.

O mapa das raízes do pensamento português sobre esta matéria ficaria sem dúvida incompleto sem uma referência, ainda que breve, a três outros autores que, em maior ou menor grau, influenciaram o pensamento dos economistas portugueses contemporâneos: Armando Castro (1918–1999), Adérito Sedas Nunes (1928–1991) e Boaventura de Sousa Santos (1940–).

Armando Castro, recorde-se, foi uma destacada personalidade marxista, professor e diretor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (depois do 25 de Abril de 1974, como se compreende), autor

de uma vasta obra intelectual onde se incluem *A Evolução Económica de Portugal dos Séculos XII a XV* (11 volumes, sendo de destacar, no âmbito do tema de que aqui se trata, o volume VI) e *Teoria do Conhecimento Científico* (5 volumes publicados), a par de muitos outros trabalhos nas áreas da História Económica, da Economia (teórica e aplicada) e da Epistemologia. Entre os seus trabalhos merece menção especial uma profunda e cuidada reflexão sobre um conjunto de questões que muito o preocuparam, designadamente «sobre o que é preciso para fazer trabalho científico, sobre os critérios de triagem entre o científico e o não científico, seja ideológico, seja conhecimento corrente, ou até filosófico e sobre o que seja a construção científica» (Mendonça, Bastien e Ribeiro, 1988). Ao longo de centenas de páginas, Castro foi construindo uma vasta obra de reflexão epistemológica,¹³ muito rara entre os economistas portugueses, tendo em vista o conhecimento do conhecimento científico,¹⁴ isto é, do conhecimento dos «nexos reinantes na realidade objectiva» («sejam quais forem as implicações») (Castro, 1967: 286). Carlos Pimenta, cujo pensamento será analisado mais à frente, foi profundamente influenciado por Armando Castro.

Adérito Sedas Nunes, com as suas *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais* (A. S. Nunes, 1976) — a que se recorrerá na subsecção 2.2 — é, ainda hoje, uma referência imprescindível. Manuela Silva, cujo pensamento se analisará também neste capítulo, exprime em larga medida, no tempo presente, um pensamento construído e partilhado, ao longo de muitos anos, com Sedas Nunes e Pereira de Moura (juntamente com outros, como Mário Murteira ou António Simões Lopes), num riquíssimo processo de afirmação de uma Economia a que, como ficará claro em devido tempo, se poderá chamar de Economia humanista.

As aulas de Boaventura de Sousa Santos, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, marcaram também várias gerações de estudantes de Economia. Os seus livros desde o *Discurso sobre as ciências* (e.g. Santos, 1987, 1989, 2003)¹⁵ merecem particular menção. Não cabe aqui analisar o complexo pensamento deste autor. Ainda assim, sublinhem-se,

¹³ Sobre a obra epistemológica de Armando Castro, ver Pimenta (2000).

¹⁴ A Epistemologia deveria, segundo Armando Castro, constituir-se como *ciência* do conhecimento científico.

¹⁵ Este último livro é uma obra coletiva, juntando contributos de um conjunto variado de autores de diferentes países e áreas disciplinares.

no âmbito da sua argumentação em defesa da emergência de um novo paradigma pós-moderno de um «conhecimento prudente para uma vida decente» (2003), e para o que aqui nos interessa, as teses de que os valores «não estão antes nem depois da explicação científica» (1987: 52), fazem dela parte integrante, que o cientista está «existencial, ética e socialmente comprometido» (1989: 181) com a aplicação da ciência que produz, que todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum — em saber prático — e que os “meios” e os “fins” fazem ambos parte do âmbito de aplicação da ciência, não são radicalmente separados como acontece no paradigma dominante da ciência moderna. O seu impacto entre os economistas, deve notar-se, tem sido bem menor do que noutras áreas do conhecimento — dos 34 capítulos incluídos em Santos (2003), por exemplo, apenas um provém da área disciplinar de Economia.

2. O problema da neutralidade dos valores na ciência económica

Para uma melhor compreensão das diferentes posições atualmente em presença entre os economistas portugueses, justifica-se distinguir duas questões. A primeira, mais genérica, diz respeito à *possibilidade, ou não, de uma ciência económica positiva, neutra relativamente aos valores*. Será o objeto desta secção. A segunda — a discutir na secção 3 — tem que ver com a questão do carácter *normativo* da Economia como ciência (uma ciência *explicativa* ou *prescritiva*) e da relação entre a *Economia e a Política* (ou, mais especificamente, entre a *teoria* e a *política económica*).

Começando pela primeira questão, várias posições podem ser identificadas na atualidade sobre a possibilidade de uma ciência económica neutra relativamente aos valores.

Considere-se, em primeiro lugar, a tese da separação entre factos e valores, segundo a qual é necessário eliminar as considerações valorativas da esfera da Economia como ciência. A *teoria* (ou *análise económica*) seria, de acordo com esta perspetiva, o último reduto para a pretendida neutralidade relativamente aos valores (objetividade), condição considerada indispensável à almejada cientificidade da Economia.

Ao passar em revista, a seguir, um conjunto de posições que assumem a natureza inevitavelmente valorativa da ciência económica, incluem-se autores e correntes de pensamento diversas. As correntes serão agrupadas em dois grupos: um primeiro, que considera que a distinção positivo-normativo faz ainda sentido *apesar* dos valores; (ii) um segundo grupo, mais

radical, para quem a distinção positivo-normativo não tem fundamento, é irrelevante ou mesmo uma ideia perigosa.

2.1. A Economia como ciência positiva

O livro *Economia, Moral e Política*, de Vítor Bento, publicado em 2011 pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, expressa bem a tese da necessidade de uma nítida separação entre o positivo e o normativo na ciência económica. A sua posição é clara:

[A] Economia, enquanto estudo da realidade ou, mais propriamente, do comportamento humano relacionado com a actividade económica, é uma ciência positiva e, como tal, (praticamente) autónoma de considerações morais. (Bento, 2011: 10)

Embora reconheça que o comportamento humano «é sempre, e por natureza, moralmente orientado» (Bento, 2011: 15), porque assente numa dada escala de valores, e que «a economia, enquanto actividade humana, funciona sempre em contextos morais» (2011: 10), isso «não implica», em seu entender, «necessariamente que o quadro moral orientador do comportamento faça, ou deva fazer, parte da ciência económica, pelo menos com carácter normativo. Ou que a Economia, enquanto ciência, deva ser moralmente orientada» (2011: 18).

É verdade que se reconhece que

toda a acção que visa influenciar o funcionamento da economia, ou mesmo os juízos formulados sobre esse funcionamento e os seus resultados, são, sempre e por natureza, moralmente orientados e dependentes da escala de valores morais de quem julga ou de quem age (ou quer agir). (Bento, 2011: 10–11)

Mas esse é o domínio da Política, nomeadamente da Política Económica, e essa transcende os limites da Teoria Económica. Envolve funções de preferência e escalas de valores, diz respeito à escolha dos fins e à adequação dos meios à consecução desses fins. Situa-se no domínio do “desejável”, é valorativa. Tal como Robbins, Vítor Bento chama-lhe “Economia Política”.

É um regresso à velha distinção, «menos contraditória do que possa parecer à primeira vista» (Bento, 2011: 22), entre a *ciência* («autónoma e independente dos valores morais» (21–22) e a *arte* da Economia (o lado

«prático, de acção humana» da Economia, «inevitavelmente penetrada por valores morais») (2011: 22).

Em matéria de princípios, a tese não oferece dúvidas. O propósito do economista, enquanto cientista, deve ser procurar isolar a ciência económica, «no método e no objectivo», de considerações valorativas (Bento, 2011: 18).

Vítor Bento reproduz, no essencial, a perspetiva que Teixeira Ribeiro e Pinto Barbosa nos legaram e ilustra bem o pensamento mais convencional nesta matéria:

O essencial do pensamento de Neville Keynes sobre o papel da Economia e da sua relação com a Moralidade mantém-se actual e contém praticamente tudo o que ainda hoje pode ser dito sobre o assunto, apesar de a explicitação do seu conteúdo poder ser actualizada. (Bento, 2011: 23)

Também para Nuno Garoupa, professor de Direito (área de *Law and Economics*) na George Mason University Antonin Scalia Law School, a distinção positivo-normativo é uma questão há muito resolvida:

A análise positiva descreve, a análise normativa avalia. Logo é possível fazer análise positiva sem que os valores do analista influenciem — uma norma jurídica ou é ou não é eficiente (podemos, sim, ter divergências sobre se a descrição é correta, mas não sobre o conceito em si mesmo). Já fazer análise normativa reflete os valores do analista porque se uma norma jurídica deve ou não deve ser eficiente depende do posicionamento normativo de cada um. [...] Elencar custos e benefícios não me parece exigir valores morais ou ideológicos. Avaliar esses custos e benefícios, sim. E tudo será mais transparente quanto mais esses valores forem assumidos em vez de escondidos. (NG, email de 5.7.2019)

De modo similar, Pedro Pita Barros, professor na Nova School of Business and Economics (Lisboa), entende que a análise positiva é «em grande medida» independente dos valores morais do economista, ao contrário do que acontece na economia normativa, que indubitavelmente o não é («o “grande medida” tem a ver com se considerar agentes maximizadores ser visto como hipótese como valor») (PPB, email de 4.7.2019).

Por seu turno, Ricardo Reis, professor na London School of Economics, embora admita a interferência dos valores no trabalho do economista,

considera que os «princípios básicos da economia», a crítica dos outros economistas e o «mercado das ideias», e os «dados que a realidade fornece» serão suficientes para garantir o caminho em direção à «verdade».

Quando eu deixo os meus valores morais corromper a minha ciência, há outros economistas que apontam as falhas nos meus argumentos ou as inconsistências entre as minhas teorias e os dados. Individualmente, se os valores se sobrepõem à ciência com demasiada intensidade ou frequência, a minha reputação e influência nos meios científicos diminui. No conjunto, o mercado das ideias caminha na direção da verdade, se bem que muitas vezes não através do caminho mais curto. (RR, email de 10.7.2019)

Subscrevendo a ideia de Dasgupta (2009) de que os valores podem condicionar ou determinar as perguntas mas não as respostas e que os economistas argumentam em geral sobre factos, raramente sobre valores (mesmo que as suas perceções sejam condicionadas pelos seus valores), Ricardo Reis acrescenta:

[M]uitas das questões da ciência económica são disciplinadas pelos factos na forma dos dados que a realidade fornece. (RR, email de 10.7.2019)

As ideias acima expressas fazem parte da cultura dominante dos economistas e são uma marca identitária da profissão económica. A questão dos valores é em geral considerada pela corrente dominante da Economia como resolvida (um não-assunto). A distinção positivo-normativo é brevemente apresentada logo nas primeiras páginas de praticamente todos os manuais de introdução à Economia (assim como de outras áreas mais especializadas, como a Economia Pública ou a *Law and Economics*) como uma dicotomia que é (deve ser) estruturante do pensamento de qualquer aprendiz da ciência económica. O manual *Análise Económica*, de Alfredo de Sousa, apesar dos seus mais de trinta anos, é a este respeito paradigmático. A Economia como ciência (*análise económica*) deve ser distinguida das doutrinas e das políticas económicas. As doutrinas, diz-se nesse texto, são «reflexões morais, formando valores referentes ao comportamento dos homens ou dos grupos sociais na actividade económica» (Sousa, 1987: 21) e esses valores

são, em si, exteriores à Economia. [...] A Economia pode avaliar o significado económico de um dado valor (por exemplo: as consequências económicas

de não abater vacas para a alimentação) mas, em si, não o pode determinar nem o pode gerar. (Sousa, 1987: 21)

As decisões de política económica, por seu turno, «são fortemente inspiradas pela análise económica sobre uma situação, mas são tomadas para além da competência da Economia» (Sousa, 1987: 21). Elas podem apoiar-se nas conclusões da Economia (e numa dada doutrina económica), contudo «não são do domínio dos economistas, mas dos políticos» (1987: 21–22).

2.2. A impossível negação dos valores

A defesa de uma Economia como ciência positiva, em larga medida isenta de considerações morais, está, contudo, longe de ser consensual. Num texto sugestivamente intitulado “Economia e ética: a dimensão moral na análise económica”, Cardoso (2001) passa em revista o pensamento económico português desde o período escolástico até ao corporativismo, mostrando «o vínculo estreito que a ciência económica em Portugal sempre manteve com reflexões, considerações, preocupações de natureza ética» (2001: 17) e que a explicação de problemas e fenómenos económicos pelos autores tratados «lida em permanência com pressupostos e hipóteses que implícita ou explicitamente radicam em princípios normativos» (2001: 21). Para Cardoso, não restam grandes dúvidas de que «os compromissos éticos, os empenhamentos valorativos e também os envolvimento políticos são indissociáveis do labor do analista económico» (2001: 21).¹⁶ Como escreverá em diversas ocasiões:

A imagem de uma ciência económica pura, positiva e progressiva, verdadeira e universal, reveste carácter ilusório. Tal ilusão decorre do vício epistemológico que consiste em desvalorizar a presença de elementos normativos na análise económica, que se supõe imune a juízos de valor, no pressuposto de que essa interferência minoriza o estatuto da ciência e as suas capacidades heurísticas ou que contribui para instalar excessos relativistas. (Cardoso, 2017: 110)¹⁷

Na verdade, tinha já dito Sedas Nunes, acompanhando Manuel Castells, «não se encontram, nos domínios das Ciências do Homem,

¹⁶ Ver também Cardoso (2017: 109).

¹⁷ Cfr. também Cardoso (1995: 158–159; 2001: 36).

produtos exclusivamente científicos, mas tão-só produtos científico-ideológicos» (A. S. Nunes, 1976: 77), pelo que «[r]ecusar o *científico* pelo que, sob ele, haja *de ideológico*, levaria frequentemente a lançar fora o menino, juntamente com a água do banho» (1976: 103).

A questão da relação entre Economia e ideologia é de facto crucial. Schumpeter, cuja influência na profissão económica é inegável, considerava esta relação fundamental.¹⁸ Em seu entender, a Economia como ciência não é concebível independentemente da ideologia.

Com efeito, como escreveu também entre nós Augusto Santos Silva:

As ciências contêm sempre elementos ideológicos mais ou menos explícitos, repousam sobre certas pressuposições de valor. Ideologias e saberes práticos não são teorias pré-científicas, que o progresso científico se encarregaria de eliminar e em relação às quais os especialistas pudessem estabelecer fronteiras intransponíveis — são, antes, formas de racionalização do mundo, formas de classificar os factos, as pessoas e os objectos, instrumentos de coesão e de tensão social, e aí radica a sua eficácia. (A. S. Silva, 1986: 51)

Não entrando aqui pelos difíceis meandros da definição de ideologia — ou, melhor dizendo, de ideologias (no plural) — podem entender-se como tal as ideias e sistemas de ideias, formas de pensamento, prevaletentes num dado tempo e lugar,¹⁹ «produtos culturais colectivos» (A. S. Nunes, 1976: 71) com origem nos grupos, nas classes sociais e nas sociedades como elementos fundamentais da prática social e que nelas se difundem e as moldam, que se constituem como estruturas “comuns” de pensamento — «objectos culturais *apercebidos-aceites-suportados*» (1976: 74) —, *modos de ler e valorar* o real, que não passam pela “consciência” mas que ainda assim estruturam essa consciência e permitem dar *sentido* ao mundo, como representação em geral *enviesada* da realidade,²⁰ *justificação* de um dado estado de coisas e/ou

¹⁸ Dedicou-lhe o seu discurso inaugural, na qualidade de Presidente, no Encontro da *American Economic Association* (Schumpeter, 1949) e voltou ao assunto, com grande detalhe, na I Parte (“Introduction: Scope and Method”) da sua bem conhecida *History of Economic Analysis* (Schumpeter, 2006).

¹⁹ «Conjuntos de opiniões sobre assuntos económicos que, em qualquer momento e lugar, “pairam na opinião pública”» (Schumpeter, 2006: 38).

²⁰ Ainda assim, importa sublinhar que, para Schumpeter, as ideologias não são simplesmente “mentiras”. As proposições de facto que as integram não são necessariamente erradas. Elas refletem a realidade que lhes subjaz, expressam o que as pessoas «pensam que veem», ainda

interesses específicos (cumprindo assim uma função de “ocultação” e também de “proteção” de determinadas posições e interesses), mas ao mesmo tempo também com uma importante capacidade de “desvendamento”.²¹

Segundo Bergman, citado por A. S. Nunes, uma proposição terá um conteúdo ideológico sempre que um juízo de valor apareça disfarçado como afirmação de facto, ou como tal seja tomado, e um sistema de ideias terá uma “forma ideológica” quando contiver «declarações ideológicas em lugares logicamente cruciais» (1963: 31).²²

Para Schumpeter a ideologia entra na Economia, desde logo, através da “visão” — um «ato cognitivo pré-analítico» — que subjaz ao início mesmo do processo da ciência como intuição de partida sobre os fenómenos objeto de atenção — sua natureza e relevância — e sobre o modo de os abordar, uma combinação de factos, percepções, opiniões, valores e teorias preexistentes que se constituem como matéria-prima sem a qual o processo analítico propriamente dito não pode ter lugar. A “visão” é, assim, um pré-requisito do trabalho científico. Ela cumpre a função necessária de dar ao cientista o material — o *quê* — sem o qual o trabalho propriamente científico não pode ser desenvolvido (trabalho científico onde o *como* analisar assume um papel central).²³ E como bem nota Schumpeter:

É interessante notar que esta visão não só deve preceder historicamente o surgimento do esforço analítico em qualquer campo, como pode também reentrar na história de qualquer ciência estabelecida de cada vez que alguém nos ensina a *ver* as coisas de um modo cuja origem não se encontra nos factos, métodos e resultados da ciência preexistente. (Schumpeter, 2006: 39)

que o façam, muitas vezes, de modo enviesado. Como dirá este autor: «Assim como o cavaleiro medieval se via a si mesmo como se queria ver e o burocrata moderno faz o mesmo e ambos falham e falham em ver o que quer que possa ser aduzido contra o verem-se como defensores dos fracos e inocentes ou os patrocinadores do Bem Comum, assim também todos os outros grupos sociais desenvolvem uma ideologia protetora que não é outra coisa senão sincera» (Schumpeter, 1949: 349).

²¹ Veja-se, a este propósito, A. S. Nunes (1963, 1976: 69–76), que aqui se segue de perto, na sua discussão das ideologias e da relação que as representações ideológicas mantêm com a ciência.

²² Importa, aqui, com Homa Katouzian (1980: 135), chamar a atenção para a diferença entre “ideologia” e “valores”. Enquanto a primeira transcende, como se viu, o nível do consciente e se refere a uma visão *total* partilhada do mundo, os juízos de valor referem-se a normas objetivas *conscientes* e *fragmentadas* ou a preferências subjetivas (morais).

²³ «Embora seja metafísica [a visão] cumpre a função necessária de dar ao cientista algo sobre o qual possa ser científico» (Chase, 1992: 32).

A posição de Schumpeter é bem clara sobre a influência da ideologia no trabalho científico:

Existe um amplo portão para a ideologia entrar no processo científico. De facto, ela entra logo no rés-do-chão, no ato cognitivo pré-analítico [...]. O trabalho analítico começa com o material fornecido pela nossa visão das coisas, e esta visão é ideológica quase por definição. Ela incorpora a imagem das coisas tal como as vemos e, onde quer que haja algum possível motivo para desejar vê-las de um determinado modo em vez de outro, dificilmente o modo como vemos as coisas pode ser distinguido do modo como as desejamos ver. Quanto mais honesta e ingénua a nossa visão, mais perigosa ela é para a emergência de qualquer coisa relativamente à qual uma validade geral possa ser reivindicada. (Schumpeter, 2006: 40)

Ainda assim, para Schumpeter, uma vez que a ideologia é verificada ou infirmada pela análise científica, é suposto que desapareça *enquanto* ideologia.²⁴ Esse passo é assegurado pela aplicação de um conjunto de procedimentos e uma assumida ética de honestidade, seguindo as “regras do método científico”, num vaivém (“*an endless chain of give and take*”) Schumpeter, 1949: 350) entre o empírico e o teórico, tendo como propósito último «a explicação dos fenómenos da vida económica» (Schumpeter, 2006: 1106). A teoria económica, uma das ferramentas fundamentais da análise económica, é neste contexto, juntamente com a história e a estatística económicas, sobretudo uma “caixa de ferramentas”.²⁵

Na medida em que os “factos” e a “análise” tendem a destruir o que não resistir aos seus testes, defende Schumpeter, nenhuma ideologia económica poderá sobreviver indefinidamente (Schumpeter, 1949: 359). Mas como o economista austríaco também reconhece, «alguma ideologia irá sempre continuar connosco» e «se prosseguimos devagar por causa das nossas ideologias, de modo nenhum podemos prosseguir sem elas» (1949: 359).

2.2.1. A “razoabilidade” da distinção positivo-normativo apesar dos valores

A defesa da distinção positivo-normativo, embora uma marca identitária da cultura dominante dos economistas, apresenta nuances e não é redutível

²⁴ O que não exclui, segundo Schumpeter, a possibilidade do “erro honesto” ou a “falsificação desonesta” (1949: 351).

²⁵ Expressão que Schumpeter toma de empréstimo a Joan Robinson (1933: 1).

à perspectiva, anteriormente apresentada, de uma Economia como ciência positiva autónoma face aos valores.

Por exemplo, Isabel Horta Correia, professora na Universidade Católica (Católica Lisbon School of Business & Economics) e técnica do Departamento de Estudos Económicos do Banco de Portugal, defende que:

Os valores morais (ou a ausência deles) estão subjacentes a toda a atividade humana. Assim sendo a ciência, e a ciência económica, ou os seus avanços derivados do esforço e escolhas humanas, não me parece possível que estes desenvolvimentos ou a evolução da nossa compreensão dos fenómenos económicos complexos possa ser separável daqueles valores. A própria seleção das questões a estudar ou objeto de investigação serão sempre contaminados por eles. Isto será assim quer na análise positiva, quer na normativa. (IHC, email de 23.7.2019)

E quando questionada acerca da posição de Dasgupta segundo a qual os valores podem condicionar ou determinar as perguntas mas não as respostas e de que quando os economistas discutem sobre problemas como a pobreza ou justiça distributiva o fazem argumentando sobre factos, raramente sobre valores (ver, mais atrás, nota 3, questão ii), a mesma economista afirma:

A escolha é claramente contaminada pelos valores. Mas o mesmo acontecerá com as respostas. Pois não é só na questão estrito senso que os valores interagem mas nas opções que se propõem e sobre as quais incide a escolha e a resposta. Assim, o meio mais eficaz será escolhido entre os que se consideram aceitáveis perante as instituições existentes ou as que poderão existir. Claramente na descrição do que poderá existir, para resolver por exemplo os problemas referidos de pobreza ou justiça, os valores não só condicionam como são muitas vezes revelados. Ainda uma questão prévia é a de a própria definição da questão, o que é pobreza ou o que é uma distribuição justa, passa necessariamente por uma interação forte entre a realidade e os valores do analista. (IHC, email de 23.7.2019)

Do mesmo modo, João César das Neves (JCN), igualmente professor na Universidade Católica, entende que não há factos isentos de valores.

[N]ão se pode nunca dizer que é possível fazer um julgamento de facto sem nenhum valor. Aliás, o simples facto de se procurar a verdade, já é um elemento de valor. (JCN, entrevista em 14.11.2018)

Por isso conclui:

que seja possível separar dentro da Economia uma área mais de Economia positiva e uma outra mais de Economia normativa, eu acho que é razoável e, nesse sentido, digamos, prático, eu aceito a distinção. Agora, não posso aceitar no sentido lógico, profundo, porque isso não existe. (JCN, entrevista em 14.11.2018)

Qual é então o papel dos valores? Segundo JCN estes são elementos “perturbadores” no processo de construção do conhecimento científico. Como se pode ler no seu manual de *Introdução à Economia*:

A ciência, na sua busca de conhecimento rigoroso e definitivo, é perturbada por uma multiplicidade de doutrinas, opiniões, visões particulares, que fazem parte integrante da Economia, mas que podem falsear os resultados científicos. (J. C. Neves, 2013: 553)

Ciência e doutrina, defende JCN, estão sempre presentes mas têm papéis diferentes:

A ciência [...] descreve factos, estuda relações de forma o mais rigorosa e neutra possível, para evitar ser enviesada por erros ou confusões. Mas quando esses factos e as relações estudadas têm influência sobre a vida das pessoas, para além do fenómeno em si, aparece a forma particular como cada pessoa o encara: a sua opinião, a ideologia ou doutrina que perfilha, deduzida a partir de uma visão particular do mundo. Estas envolvem ética e julgamentos particulares, que são diferentes de pessoa para pessoa. [...] ciência e doutrina são essenciais para enfrentar um problema económico particular, mas têm papéis diferentes. A doutrina define os objectivos e a linha de conduta, a ciência garante o rigor da análise e a exactidão das conclusões.²⁶ [...] Estes dois elementos estão sempre presentes, são ambos muito importantes, mas são diferentes e como tal devem ser tratados. (J. C. Neves, 2013: 26–27)

É um entendimento da ciência em linha com o pensamento schumpeteriano que se apresentou anteriormente²⁷ — a “visão” e a doutrina a

²⁶ No livro *O que é a Economia?*, JCN escreveu: «A opinião, a doutrina, aponta o objectivo; a ciência ilumina o caminho a seguir» (J. C. Neves, 2003: 197).

²⁷ Na entrevista já referida, por mais do que uma vez se declarou “discípulo” ou “servidor” de Schumpeter e do seu “Science and Ideology”. Por exemplo, quando perguntado sobre a

definirem o *quê* (o objeto de estudo, os problemas) e o *propósito* (os fins) da Economia, a ciência a definir os procedimentos, o *como* analisar os problemas. «Não há», diz este economista da Católica, «teoria científica sem uma doutrina que a condiciona» (JCN, entrevista em 14.11.2018). Mas, defende JCN, fazendo apelo, também aqui, a Schumpeter: «o carácter científico de uma dada peça de análise é independente do motivo que lhe deu causa» (Schumpeter, 1954, *apud* J. C. Neves, 2003: 198).

Como é que, neste quadro, se garante uma tal independência e a objetividade na Economia, a razão profunda das preocupações dos fundadores da distinção positivo-normativo? Segundo JCN,

tem que se ser honesto, quer dizer, esta imparcialidade, esta neutralidade filosófica, ideológica é um elemento ético, portanto, obriga-me a um elemento ético na obtenção das conclusões. Portanto, não distorcer os meus resultados, não distorcer os meus trabalhos para facilitar a minha visão. E ser capaz de conseguir até provar o contrário daquilo que eu estou convencido inicialmente. [...] Eu não posso garantir sair de mim próprio, porque serei sempre eu próprio. [...] Agora, o que eu posso garantir é que não vou inquinhar as minhas experiências, não vou inquinhar as minhas análises, não vou distorcer, descartar, porque isso seria desonesto, seria... seria falta de ciência, não é? É mais o método científico que garante essa neutralidade. Tem que ser a esse nível, com a certeza de que, primeiro, eu devo-me apaixonar pelos meus dados e nunca me apaixonar pelos meus modelos. Portanto, dar à realidade a sua precedência,²⁸ porque, exatamente, o grande problema que hoje

que Economia se refere — a “ciência económica” ou a “política económica” — quando diz que as doutrinas e opiniões fazem parte integrante da Economia, JCN foi perentório: «As duas, as duas, e, mais uma vez, aí sou completamente servidor do Schumpeter, que mostra, claramente, que a doutrina que está por trás do Smith ou do David Ricardo ou do Marshall ou do Friedman ou do Lucas... é absolutamente decisiva para compreender a obra científica deles. Quer dizer, não se pode tratar os Princípios de Economia Política e de Tributação do David Ricardo como se fosse uma coisa neutra, um pedaço de ciência que está completamente a pairar por cima da realidade» (JCN, entrevista em 14.11.2018).

²⁸ Noutro momento da entrevista, JCN usa a expressão «deixar falar a realidade», «fazer um esforço — que, obviamente, é sempre um esforço e que nunca é perfeito — de deixar falar aquela parte que não encaixa, que não me agrada, que não é necessariamente aquela que eu gostaria. Portanto, estar aberto para o que acontece» e esclarece que, «quando nós estamos a falar da realidade [humana], não estamos a falar numa realidade no sentido objetivo [como a existência das árvores]; aliás, toda a realidade é sempre subjetiva, porque toda a realidade é sempre uma compreensão, uma apreensão... uma captação nossa». Nesse sentido, dirá também JCN, «uma

acontece — que aconteceu na história da Economia muitas vezes e que hoje está a acontecer cada vez mais e eu acho que ainda vai aumentar — é a gente impor os modelos à realidade, forçar a realidade a encaixar nos nossos modelos. Isso é que é a tal desonestidade. (JCN, entrevista em 14.11.2018)

A objetividade é assim fundamentalmente uma exigência ética, decorre do *ethos* da ciência económica. Ela é garantida pela assunção de uma ética de “honestidade” na investigação e pelo recurso ao chamado “método científico”. Este método e a assunção de um conjunto de princípios básicos — como a “racionalidade” e o “equilíbrio” — parecem ser a resposta para o problema da inevitável interferência das considerações valorativas no trabalho dos economistas.

2.2.2. A impossibilidade de uma ciência positiva independente dos valores

Deu-se conta, até agora, de um conjunto de posições onde, com maior ou menor reconhecimento da importância das considerações éticas no trabalho dos economistas, a distinção positivo-normativo é considerada relevante (quanto mais não seja como um *princípio metodológico prático*, como defende João César das Neves). Vários economistas, porém, minimizam ou questionam mesmo a significância de tal distinção.

Nuno Ornelas Martins (NOM), por exemplo, um dos mais produtivos economistas da nova geração, doutorado pela Universidade de Cambridge (Reino Unido) sob a orientação de Tony Lawson e atualmente professor na Católica Porto Business School, partindo da assunção, desenvolvida por Vivian Walsh e Hilary Putnam, de um inevitável entrelaçamento entre factos, valores e convenções, e fortemente influenciado pelo chamado “naturalismo ético crítico” de Lawson, defende que a distinção entre economia “positiva” e economia “normativa” é irrelevante. Para este economista, os pressupostos éticos estão na base das várias teorias económicas e influenciam-nas mesmo ao nível das suas estruturas analíticas (Martins, 2019).

Os valores éticos e políticos ocupam um valor central no próprio trabalho teórico, dado que não é possível compreender os processos de produção,

crise económica não é uma realidade objetiva, é uma realidade subjetiva — está na cabeça das pessoas. A Economia, toda ela, é uma questão subjetiva» e «um número estatístico é uma abstração nossa, que nós tiramos das coisas, mas é uma... digamos, uma atitude de submissão à realidade e não uma atitude de soberania sobre a realidade» (JCN, entrevista em 14.11.2018).

distribuição e consumo sem compreender o contexto ético e político no qual a ação humana tem lugar. Conceitos como escassez, excedente, trabalho, são todos definidos com pressupostos éticos e políticos, que, se não forem reconhecidos de forma explícita, permanecerão implícitos na análise. (NOM, email de 8.7.2019)²⁹

De facto, como sublinha Martins:

A própria linguagem que usamos quando descrevemos a ação humana, incluindo aquela sobre a qual incide a análise económica, recorre a palavras que têm uma dimensão descritiva, mas também uma dimensão normativa. A própria formulação da distinção entre economia positiva e normativa tem contornos éticos e políticos. Quando Lionel Robbins argumentou que não era possível fazer comparações interpessoais de utilidade, o alvo era a “velha” economia do bem-estar inspirada em Henry Sidgwick, Alfred Marshall e Arthur Cecil Pigou, segundo a qual uma maior igualdade na distribuição do rendimento aumenta a utilidade total, dado que quem tem menos rendimento tem uma utilidade marginal do rendimento superior. A posição de Robbins, tal como a de Pigou, tem pressupostos éticos e implicações políticas: ambas foram desenhadas com base numa determinada interpretação de uma posição ética, o utilitarismo, e com vista a retirar conclusões políticas sobre o que se deve ou não fazer em termos de tributação e acerca da distribuição do rendimento. (NOM, email de 8.7.2019)

Carlos Pimenta (CP), professor catedrático emérito da Faculdade de Economia do Porto, “marxista bachelardiano”,³⁰ mas sobretudo um discípulo de Armando Castro,³¹ deu um importante contributo para este debate

²⁹ Nuno Martins tem o cuidado de, imediatamente, chamar a atenção para a necessidade de distinguir os valores éticos e políticos como objeto de estudo (os valores presentes na ação humana que estudamos) e os valores éticos e políticos de quem faz a análise.

³⁰ Entrevista realizada na Faculdade de Economia do Porto, 6.11.2018.

³¹ «Quando faço a psicanálise dos meus conhecimentos, quando me interrogo sobre os conhecimentos correntes, científico e filosófico, quando transmito aos meus alunos a preocupação da luta contra as evidências, quando refiro a imensa preocupação pelas questões epistemológicas, quando coloco publicamente dúvidas sobre o que não sei, quando “procuro aproveitar de todas as tendências aquilo que considero válido”, quando insisto na importância de penetrar a complexidade, enfim, quando me aproximo daquilo que gostaria de ser e fazer, estou a transportar os alertas, as preocupações, os textos, a alegria da descoberta que Armando

com a consideração de que o “económico” — o objeto de estudo da Economia — é uma realidade construída, epistemológica, um concreto pensado — uma *realidade-para-o-economista* (ou *realidade para si*) — e não a *realidade em si* (ontológica) que em última análise queremos conhecer (Pimenta, 2010, 2013). A realidade em si é incognoscível (2013: 124). Os “factos” fazem parte desta realidade em si e «só podem ser apreendidos através do filtro da teoria que comanda a observação» (Lecourt *apud* Pimenta, 2013: 32). Não há factos “puros”. Como escreveu mais recentemente: «Há sempre a aplicação de filtros, interpretações e metodologias à leitura da realidade-em-si. E se há uma relação entre esses dois “níveis” da realidade, nunca é directo [*sic*], muitas vezes é difuso [*sic*], tão difuso que quase não existe» (Pimenta, 2017: 134–135). A ciência é, neste quadro, pensada como o conhecimento que resulta de «um processo sistemático de aproximação da *realidade para si* em relação à *realidade em si*» (2013: 66). Mas a identidade entre a realidade em si e a realidade para si é apenas «o limite, inalcançável, para o qual as ciências caminham» (2013: 30).

A subjetividade e as diferentes “visões” (ideologias) e “consciências possíveis” dos economistas — consideradas como «“inimigos” da cientificidade» (Pimenta, 1997a: 11) — são neste contexto inevitáveis e marcam inexoravelmente a seleção e interpretação dos “factos” e, de um modo geral, todo o trabalho científico. Contudo, a impossível negação da subjetividade e dos valores não invalida a possibilidade do conhecimento objetivo. Este decorre do método científico, de as teorias estarem abertas à *crítica* — um processo dialético de «redução das subjectividades inerentes às diversas “consciências possíveis” que o social molda» (1995: 97) — e à possibilidade de *refutação*.³² Mas, como dirá também:

há sempre um certo grau de subjetividade, sempre, em qualquer análise, mais que não seja porque o objeto científico resulta da realidade para si, não da realidade em si, que é impossível de captar. [...] O método científico nunca elimina os valores, porque eles estão lá e por isso eu digo sempre que a

Castro me ensinou, deliberada ou espontaneamente, penetrando-me tão profundamente que hoje não sei viver sem esse legado ímpar» (Pimenta, 1997b: 7).

³² Sobre esta matéria, e na mesma linha, escreverá também Jacinto Nunes: «todas as hipóteses científicas têm subjacentes aspectos filosóficos, sociais e políticos que produzem enviesamentos nas avaliações dos cientistas das hipóteses em presença. Estes enviesamentos são uma característica geral do trabalho científico, cujo único remédio é a crítica dos outros cientistas» (M. J. Nunes, 1998: 19; itálico acrescentado).

análise científica tem sempre um grau de subjetividade, nunca é 100% objetiva como pretende a Economia positiva. [...] A Economia tem sempre valores por detrás, inevitavelmente, mas procura filtrá-los por dois processos: pelo confronto entre diversos valores e por uma análise objetiva da realidade. (CP, entrevista em 6.11.2018)

E como escreveu noutro lugar:

[O]s economistas ao estudarem a realidade económica transportam uma determinada maneira de ver o mundo, uma certa concepção filosófica da nossa existência. Esta diversidade de posturas epistemológicas manifesta-se na concepção do corte epistemológico inerente à construção científica, na adopção espontânea de determinadas hipóteses de partida e quadros conceptuais de referência, na metodologia de investigação adoptada, na terminologia utilizada, para apenas referir alguns aspectos. (Pimenta, 1997a: 6)

O resultado é a coexistência na Economia de diferentes paradigmas, o que justifica, como vem defendendo Pimenta, o *pluralismo teórico*³³ (e, naturalmente, académico, institucional) e o exercício da *crítica interparadigmática*, o debate aberto de ideias entre posições conflituantes.

Também para Manuela Silva (MS),³⁴ a ciência económica não é pensável separadamente dos valores éticos e políticos. Em seu entender:

As distinções [entre Teoria, Doutrina e Política, ou mais simplesmente entre economia “positiva” e economia “normativa”] poderão ser interessantes, mas a meu ver são perigosas porque facilmente deslizam para a hipótese de dois corpos de conhecimento distintos e sem a devida interligação. Assumir

³³ Uma posição que contrasta com a ideia de João César das Neves, acima expressa, de uma ciência *una*.

³⁴ A Professora Manuela Silva licenciou-se em Economia em 1954 (o ano em que concluíram a sua licenciatura os primeiros diplomados formados na sequência da grande reforma do ensino da Economia do ISCEF de 1949, dinamizada por Pinto Barbosa). Iniciou funções docentes no ISCEF em 1970 (até essa data o poder universitário masculino reinante impediu-a de o fazer). De forma consistente tem vindo a combinar a investigação, o ensino e a ação, designadamente nos domínios do planeamento e da gestão pública, tendo a seu crédito, neste âmbito, uma importante experiência governativa (como Secretária de Estado do Planeamento do I Governo Constitucional, em 1976–77), onde procurou levar a cabo um plano de desenvolvimento — o Plano de Médio Prazo 1977–80 — assente numa estratégia de satisfação de necessidades básicas. Manuela Silva é, indiscutivelmente, uma referência no panorama da ciência económica em Portugal.

a hipótese de que tudo está interligado afigura-se-me, heurísticamente, bem mais enriquecedor, quer do ponto de vista do progresso no conhecimento, quer na fundamentação e na elaboração das políticas concretas. (MS, entrevista por escrito em 21.1.2019)

Segundo MS, uma tal interligação, no caso da ciência económica, manifesta-se aos mais diversos níveis. Inclui as “problemáticas” de investigação escolhidas (ou ignoradas/ocultadas), as «lógicas de construção científica», os «critérios de cientificidade» e a «definição de estratégias e medidas de política» que, na sua ótica, devem «viabiliz[ar] e promov[er] um desenvolvimento sustentável ao serviço do bem-estar colectivo e da qualidade de vida das pessoas, da coesão e da paz social, finalidades indissociáveis de uma democracia autêntica» (M. Silva, 2013).

A Economia tem, para MS, um carácter ético.³⁵ Este é, além de uma *exigência de vida*, uma exigência *prática* para uma outra Economia, centrada nas pessoas e nas suas necessidades por contraposição às lógicas de construção científica, problemáticas e abstrações dominantes na atual Economia, que considera «desvinculada da ética».³⁶

Cabe referir aqui também, na tradição do pensamento marxista, o chamado “normativismo radical” de António Avelãs Nunes. Para este jurista, professor catedrático jubilado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra:

a ciência económica não está isenta de valores e é influenciada por determinadas *concepções filosóficas* acerca do homem e por determinadas *concepções políticas* acerca da organização da sociedade e da economia. (A. A. Nunes, 2014: 195)

A “Economia Política” — a designação que, na tradição da Faculdade de Direito, Nunes prefere utilizar — é uma *ciência normativa*, baseada em juízos de valor, o que não a impede, em sua opinião, de adotar «os cânones do procedimento científico» e de respeitar as exigências da «ética da investigação» (nomeadamente a «honestidade intelectual»), indispensáveis à persecução do ideal de objetividade («que, por certo, dificilmente poderá ser alcançado») (A. A. Nunes, 2014: 195).

³⁵ Veja-se o texto “A economia é uma ciência ética” (M. Silva, 2005).

³⁶ Um exemplo que aponta a este respeito é a teorização, realizada no âmbito da Economia convencional, do trabalho como pura mercadoria, despido da sua dimensão antropológica.

Não sendo possível eliminar os valores do trabalho científico, sejam os valores do próprio cientista, sejam os valores dominantes, os economistas devem «tanto quanto possível», como recomendava Myrdal, «tornar claros os pressupostos filosóficos de que partem» (A. A. Nunes, 2014: 195). Assim sendo, Nunes conclui:

O facto de as teorias económicas serem elaboradas tendo em vista determinados fins e serem utilizadas ao serviço de determinados objetivos de natureza político-ideológica não lhes retira, só por si, o seu carácter científico. (A. A. Nunes, 2014: 196)

A posição de Avelãs Nunes, desenvolvida originalmente no âmbito das suas provas de agregação, em 1994, merece especial menção neste trabalho já que, como referido anteriormente (secção 1), suscitou um interessante “debate” com o Prof. Teixeira Ribeiro sobre a natureza da ciência económica e a distinção positivo-normativo.³⁷

3. A Economia e a Política. A dicotomia “ser”/”dever ser” e meios/fins na ciência económica

Até agora, debateu-se a questão da possibilidade de uma ciência económica independente dos valores. Importa agora analisar a questão mais específica da relação entre a Economia como ciência e a Política, a qual traz para o primeiro plano a questão da dicotomia “ser”/“dever ser” e a discussão da Economia como “ciência de meios” vs. “ciência de fins”. Também aqui se podem distinguir várias posições entre os economistas portugueses, muito em linha com o que cada um defende acerca da relevância da distinção positivo-normativo na Economia.

3.1. O economista como “técnico”

A posição dominante entre os economistas inquiridos acerca da questão de saber se o economista enquanto “consultor do Príncipe” dá pareceres técnicos ou faz política aponta, sem qualquer dúvida, no sentido da separação entre a Economia como ciência e a Política. A ideia é que a decisão sobre os fins é política, mas a escolha dos meios é técnica.

³⁷ Veja-se, a este propósito, além de Ribeiro (1995) e A. A. Nunes (2014), já referidos, a conferência “Reflexões sobre a Economia Política: Homenagem ao Doutor José Joaquim Teixeira Ribeiro”, proferida na Faculdade de Direito de Coimbra, no dia 25.2.2015 (A. A. Nunes, 2015).

Esta posição é expressa com toda a clareza por Alfredo Marvão Pereira (AMP) quando afirma:

um economista aplicado tem dois chapéus. Como economista, o seu papel é o de oferecer evidência e opiniões técnicas que permitam decisões políticas informadas e mesmo ajudar a guiar o pensamento dos políticos. Neste sentido, oferece um menu de opções com os seus prós e contras sabendo que a decisão é dos políticos. Como cidadão, pode e deve oferecer as suas opiniões mas sempre assumindo que são opiniões bem fundamentadas mas mesmo assim opiniões. Acho, portanto, que um economista aplicado tem de saber separar entre o positivo — estabelecimento dos factos — e o normativo — como lidar com os problemas. (AMP, email de 5.7.2019)

E ilustra a sua posição com o exemplo da sustentabilidade da segurança social:

A obrigação de um economista aplicado é estabelecer os parâmetros da sustentabilidade do sistema e o menu de políticas para abordar os possíveis problemas. A decisão é sempre política. Depois o economista-cidadão pode ter uma preferência sobre o caminho a seguir. (AMP, email de 5.7.2019)

Segundo AMP, o economista (aplicado) é um técnico, mas, curiosamente, tal não o impede de reconhecer que o economista *qua* economista tem valores (nas questões que coloca, nas abordagens e métodos que escolhe):

Nada no modo como praticamos a ciência económica é independente dos valores morais do economista. As questões que colocamos refletem tais preocupações. [...] Os métodos que usamos também refletem visões de como o mundo funciona — paradigmas de racionalidade, otimização, análise marginal... Tudo dito, os enviesamentos são inerentes, a grande questão é saber assumi-los e perceber as limitações que trazem. [...] As perguntas e a abordagem adotadas limitam muitas vezes as respostas que podem ser consideradas e analisadas. [...] Os factos com que lidamos não são muitas vezes factos no sentido científico estrito da palavra mas, sim, construções técnicas. [...] O que é importante é cada economista ter noção dos enviesamentos para os tentar minimizar ou reconhecer na sua postura. (AMP, email de 5.7.2019)

A ideia de separar o técnico e o político é secundada por vários outros economistas:

O economista quando descreve, é meramente técnico. Quando avalia, faz política. (NG, email de 5.7.2019)

A vasta maioria (90%) do trabalho [do economista] como “consultor de príncipes” consiste em evitar que muitas das ideias que os príncipes têm sejam aplicadas, porque são péssimas ideias que violam princípios básicos da economia, como o poder dos incentivos ou as restrições orçamentais. Para isso, basta conhecimento técnico. (RR, email de 10.7.2019)

O economista dá pareceres técnicos para os políticos decidirem. (JSS, email de 4.7.2019)

Enquanto consultor, [o economista] dá parecer. Quando faz política, deixa de ser consultor e passa a político. (LC, email de 22.7.2019)³⁸

Nas análises mais ou menos técnicas [do economista], há frequentemente um conjunto de implicações políticas. Em certa medida, conduzem os *policy makers*. (VC, email de 15.7.2019)

Na mesma linha de raciocínio, dirá João César das Neves sobre o seu envolvimento como assessor do então primeiro-ministro Cavaco Silva:

o nosso trabalho era um trabalho técnico, onde nós estávamos a fazer análise da economia portuguesa. É verdade que era análise da economia portuguesa para, depois, olharmos para os diplomas e vermos as políticas, etc., mas era análise da economia portuguesa desde o princípio. [...] foi uma tarefa eminentemente técnica. Foi muito interessante para mim, porque estive a ver a política muito de perto, mas nunca me envolvi na política em coisa nenhuma, nunca tive contactos com coisas nenhuma políticas, foram sempre questões muito objetivas e concretas. (JCN, entrevista em 14.11.2018)

³⁸ Na verdade, lembra ainda Luís Cabral, «mesmo a resposta supostamente objetiva a perguntas determinadas é frequentemente impregnada de muito subjetivismo». É o que acontece no caso dos *experts* em casos de tribunal, onde «muitas vezes temos dois economistas representando as partes opostas, tudo o que dizem é realmente verdade, mas a escolha do que dizem é altamente seletiva, permitindo que cheguem a conclusões quase opostas» (LC, email de 22.7.2019).

Mas será defensável a assunção de uma natureza estritamente “técnica” do trabalho do economista como cientista e *expert* quando se assume, ao mesmo tempo, a inevitabilidade da intrusão dos valores na própria *análise* económica?

Um primeiro esboço de racionalização de um tal posicionamento pode encontrar-se nas palavras seguintes de Isabel Horta Correia:

O economista enquanto investigador não prossegue normalmente uma determinada situação concreta, ou seja, não é confundido com o conselheiro político. Este último utiliza (ou deveria utilizar) todo o tipo de avanços da ciência económica para responder a uma questão concreta. Para isso, deve desenvolver a necessária adaptação à realidade concreta a que pretende responder, ser capaz de não deixar de usar todo o conhecimento existente. Aqui claramente a seleção dos avanços existentes é contaminada por “gostos”, os quais podemos dizer que derivam de valores ou de valorizações do agente em causa. (IHC, email de 23.7.2019)

A interferência dos juízos de valor e da política no trabalho técnico do economista parece inevitável.

3.2. A Economia como ciência ética e política

Para Nuno Martins, como se viu (subsecção 2.2.2), os valores éticos e políticos entram, implícita ou explicitamente, na própria conceptualização dos processos de produção, distribuição e consumo. Por isso, a ideia de que é possível uma separação radical entre o técnico e o político será necessariamente falsa. A partir do momento em que o economista aceita o papel de “consultor do Príncipe” — e ao contrário do que defende João César das Neves —, «difícilmente conseguirá evitar fazer política»³⁹ (NOM, email de 8.7.2019). Na realidade, as próprias decisões sobre, por exemplo, a construção de funções de utilidade social ou acerca da sua forma funcional têm implicações normativas implícitas. Como sublinha Martins a este propósito:

³⁹ «Se o faz conscientemente ou inconscientemente», acrescenta Martins, «dependerá do seu grau de ingenuidade relativamente às questões políticas. Ingenuidade que não deve ser subestimada, dado que já há algumas gerações que os economistas são treinados para pensar que o que fazem é meramente técnico» (NOM, email de 8.7.2019).

Podemos tratar as propriedades matemáticas ignorando estas implicações éticas e políticas, como muitos economistas fazem acreditando estar a fazer uma análise meramente técnica, mas elas não deixam de estar implícitas na função [de utilidade social]. (NOM, email de 8.07.2019)

Mais, a Economia não pode ser pensada apenas como uma “ciência de meios”, uma análise técnica dos meios considerados mais adequados para a consecução de objetivos exogenamente determinados. Segundo Martins:

Não há bom vento para quem não sabe para onde quer ir. Não é possível pensar adequadamente os meios sem saber qual é o objetivo. Novamente, após gerações treinadas para pensar que o economista é um mero técnico, poderá ser mais difícil perceber isto. (NOM, email de 8.07.2019)

Também para Manuela Silva a ciência económica está intrinsecamente ligada à Ética e à Política e não pode ser reduzida a uma mera “ciência de meios”. No discurso que proferiu por ocasião do Doutoramento *Honoris Causa* que lhe foi atribuído, em 2013, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, de Lisboa, a sua Escola de sempre, MS afirmou:

[R]eputo do maior interesse que a Ciência Económica se reconcilie com a Ética e aceite explicitar — sem pudor — os seus princípios básicos e os valores daí decorrentes, integrando-os nos seus raciocínios, nos pressupostos das lógicas dos modelos que constrói e, sobretudo, no desenho das políticas que neles fundamenta. (M. Silva, 2013)

Não pode deixar de ser aqui notado o paralelismo entre esta afirmação de Manuela Silva e o bem conhecido “sonho” de Albert Hirschman de uma «ciência social para os nossos netos» na qual

as considerações morais não são reprimidas ou mantidas à parte, mas se mesclam sistematicamente com a argumentação analítica, sem sentimentos de culpa relativamente a uma qualquer falta de integração; onde a transição da prescrição para a prova e de novo desta para a primeira ocorre com frequência e sem dificuldade; e onde as considerações morais não precisam mais de ser sub-repticiamente introduzidas como se de contrabando se tratasse, nem expressas de modo inconsciente, mas se revelam aberta e francamente. (Hirschman, 1981: 305–306)

Na verdade, os trabalhos de MS trazem para o centro do debate a questão fundamental do lugar das *finalidades* do agir humano na ciência económica. Em seu entender:

Ao privilegiar a lógica do mercado e o interesse do capital financeiro, como seus objectivos últimos, a ciência económica deixou de fora as finalidades básicas do agir económico, ou seja: a produção e a repartição dos bens, a satisfação das necessidades e o emprego dos recursos materiais e humanos. (M. Silva, 2005: 19)

E, ao assumir-se como uma ciência de meios, a Economia «não raro se dispensa de explicitar os objectivos visados e, menos ainda, se preocupa em os avaliar criticamente, à luz de critérios de Ética e de Justiça social» (M. Silva, 2013). Ao fazê-lo, e ao assentar as suas análises numa racionalidade meramente formal, «desvinculada das finalidades do Humano», a Economia acaba a «considerar como “racionais” decisões que são a negação dos direitos humanos mais elementares, o direito à subsistência, ao trabalho digno e justamente remunerado, à não pobreza e exclusão social, à destruição do equilíbrio ecológico» (M. Silva, 2005: 20). Contudo, a verdade é que «a avaliação do desempenho económico, tanto ao nível micro como macro, não pode limitar-se a critérios de eficácia, devendo integrar critérios amplos de bem comum universal» (2005: 20). E se, no que respeita aos meios,

nada obsta a que se procurem, entre os disponíveis, os mais eficazes, também [eles] não podem fugir ao crivo dos valores. Não seria aceitável que, para eliminar a pobreza, se providenciassem meios de extermínio dos mais velhos, doentes ou marginalizados... (MS, entrevista por escrito em 21.1.2019)

É por isso necessário, defende MS, o «retorno à Ética». Os fins não podem ser tratados como «variáveis exógenas» ou questões «extraeconómicas». Eles são parte integrante da Economia. Esta não é uma mera ciência de meios onde estes se equivalem (desde que produzam os mesmos resultados em termos de eficácia) e se confundem com os fins que na realidade os transcendem (M. Silva, 1995). A Economia, conclui Manuela Silva, deve procurar na Ética os seus fundamentos e critérios de cientificidade e de avaliação do sistema económico.

3.3. “A Política é outro mundo”. Da Economia como ciência normativa à não-normatividade radical da ciência económica

A questão da relação entre a Economia como ciência e a Política tem também ocupado a atenção de Carlos Pimenta (CP). Lendo os seus textos dos anos 1990, encontra-se um CP assumidamente influenciado por Homa Katouzian (1980), numa clara defesa da ideia de que «a Ciência Económica é uma ciência normativa» (Pimenta, 1990: 263),⁴⁰ prescritiva, que é “falsa” a ideia positivista de que o cientista, enquanto tal, deve dedicar-se ao que *há* e não ao que *deve haver* (1990: 263), que «[a] visão filosófica da construção científica revela a *indissociabilidade entre meios e fins* na construção científica, a inseparabilidade dos problemas sociais e económicos» (1990: 264–265) e que «[a] Economia Política estuda o que é problema *porque traz uma proposta política de solução*» (1995: 99; itálicos acrescentados).⁴¹ Daqui decorre uma crítica vigorosa à Economia convencional (neoclássica), que, pretendendo ser positiva, é afinal normativa, descrevendo não o que a sociedade é, mas o que deveria ser se os indivíduos se comportassem como prescreve a teoria:

A Economia Positiva ao julgar que é possível o economista — não se dando sequer ao cuidado de perceber que existem muitas posturas diferentes deste — se dedicar exclusivamente ao que há e não ao que deve haver, ao separar profundamente a Economia Política da Política Económica, reservando para aquela a estrita escolha técnica do melhor caminho para se atingir os objectivos definidos pelos políticos, pretende desideologizar a Ciência Económica. Seria um esforço louvável se tal não fosse o pretexto para considerar como ideológico o que se afasta dos seus princípios positivistas ou neoclássicos. E, por essa via, a desideologização assume-se como uma ideologia. (Pimenta, 1995: 98)

Mais recentemente — veja-se, nomeadamente, Pimenta (2017) —, encontra-se neste autor um entendimento substancialmente diferente

⁴⁰ Uma ideia que repete: «Tal como a Medicina, a Economia é, em grande medida, uma ciência normativa. Tal como a Medicina, um mau diagnóstico ou uma terapêutica errada atinge pessoas, pode matá-las. A grande diferença é que o economista age no anonimato e, frequentemente, sem consciência desses impactos» (Pimenta, 1995: 104).

⁴¹ Mas Pimenta é aqui cuidadoso, distinguindo, com Katouzian, os juízos de valor *morais* (os enunciados éticos, inconfundíveis com a realidade) dos juízos de valor *políticos* (enunciados prescritivos, abertos à possibilidade de refutação) (ver Pimenta, 1995: 99).

sobre estas matérias, com uma clara rejeição do carácter *normativo* da Economia enquanto ciência e em defesa da separação radical entre a Economia e a Política.

Na verdade, afirma taxativamente: «*a normatividade não tem lugar no edifício científico*» (Pimenta, 1995: 104; itálico acrescentado). Ao fazer afirmações prescritivas sobre como a economia deveria ser, defende agora Pimenta, o economista age como “político”, não como “cientista”. Mas a Política Económica,⁴² embora tenha continuidades com a ciência económica — «se, e só se, se aplicarem conhecimentos de Economia na Política Económica, o que muitas vezes não acontece» (2017: 78) — tem também, ou pode ter, ruturas. Desde logo porque: i) «a Política Económica faz apelo a uma forte interdisciplinaridade entre ciências sociais e é restritivo falar de uma ligação exclusiva à Economia»⁴³, e ii) «[o] fundamental da Política Económica é definir um interesse geral», sendo as técnicas trazidas da Economia «um parente pobre da Política Económica» (2017: 79–80). E conclui:

[A] contribuição da Economia é a de apenas alguns dos seus paradigmas, os que se ajustam ao que é considerado o “interesse geral” e à interpretação política do que deve ser feito. Há uma tendência para a ideologização da Economia aplicada à Política Económica. (Pimenta, 2017: 80)

Na entrevista concedida, a *descontinuidade* no pensamento deste autor fica evidente. Em primeiro lugar, relativamente à questão da normatividade da Economia como ciência:

Não pode haver uma ciência normativa.⁴⁴ Uma ciência normativa não faz sentido.⁴⁵ [...] A Economia normativa não é uma ciência [...] deixa de ser ciência e passa a ser um discurso ideológico. [...] não há uma Economia normativa,

⁴² Política Económica (com letra maiúscula), isto é, enquanto teoria da ação, distinta da política económica (com minúscula, referida à ação propriamente dita).

⁴³ «A Política pode ter a designação de Económica pelas variáveis objectivo e variáveis instrumento que manipula, mas é sempre Política Social» (Pimenta, 2017: 79)

⁴⁴ Em email de 17 de março de 2019, tendo em vista esclarecer o sentido desta sua afirmação, escreveu: «o que distingue o conhecimento científico é a aproximação à realidade em si. Nessa medida o “dever ser” não faz parte da ciência. Significaria isso que o paradigma da “escolha racional” (Pimenta, 2017) em vez de aproximar da realidade em si não o faz, antes pelo contrário, ao admitir que a realidade do comportamento dos “agentes económicos” é serem racionais tomando como referência a eficácia. Logo este paradigma não é científico. Não há Economia Normativa».

há uma Economia que se baseia num conjunto de princípios que são considerados válidos e que foram considerados válidos e que se mostraram válidos perante determinado tipo de análise e de observações e de interpretações da realidade, mas isso não tem nada que ver com as minhas regras normativas... éticas... (CP, entrevista em 6.11.2018)

Por outro lado, embora continue a assumir a existência de uma relação inevitável entre a ciência e os valores éticos, o mesmo não se passa relativamente à relação entre a Economia como ciência e a Política. A este propósito afirmou:

Eu acho que há uma relação entre a Ciência e a Ética ou, se quiseres, o conjunto de valores que se referem, mas que não têm que ver com a Política. A Política tem valores, mas é outro mundo. [...] eu, quando estou a falar na Política Económica, já tenho determinados princípios éticos ou de poder, vou definir determinados objetivos e vou ver como é que defino o melhor caminho de atingir aqueles objetivos. Isto é outro mundo.

[...]

Os economistas têm a mania de salvar o mundo, por isso é que isto está tão mal. [...] Eu tenho que defender uma teoria correta, que possa servir de suporte a quem queira fazer política. Se ele adota determinados valores, pode ser que aquele modelo seja útil... ou aquela teoria... se adotar outros valores, provavelmente aquela teoria é para ser combatida. (CP, entrevista em 6.11.2018)

É, uma vez mais, o regresso à ideia da separação entre Economia e Política.

Notas finais

O mapeamento das posições sobre as relações entre o “teórico”, o “doutrinário” e o “político” no pensamento económico português recente está concluído. Passaram-se em revista quer as posições contrastantes sobre a possibilidade de uma ciência económica neutra relativamente aos valores, quer aquelas onde a normatividade da ciência económica e as ligações entre o científico, o doutrinário e o político são a questão essencial. Partiu-se das raízes do pensamento moderno em Portugal sobre a distinção

⁴⁵ A isto acrescentaria de imediato: «E o positivo também não faz muito sentido, porque o positivo, normalmente, é identificado como sendo absolutamente certo, correto, adaptado, ligado à economia ou, se quisermos, à realidade em si.»

positivo-normativo na ciência económica (nomeadamente com Teixeira Ribeiro, António Pinto Barbosa e Francisco Pereira de Moura) para delinear os caminhos do pensamento económico português contemporâneo sobre o assunto. Encontraram-se posições diversas, quer no que respeita à questão da possibilidade, ou não, de uma ciência económica positiva, quer sobre a relação entre a Economia como ciência e a Política. Muitos contributos, cambiantes e subtilezas da reflexão sobre o tema ficaram certamente de fora do que ficou explicitado atrás. Ainda assim, ter-se-á coberto o essencial da discussão e, sobretudo, ter-se-ão identificado as principais linhas de força do debate.

Uma nota final, ainda que muito breve, importa fazer sobre os processos de produção e circulação das ideias económicas. O mapeamento que se acabou de fazer deixa antever a variedade e complexidade de tais processos. Os canais de circulação das ideias são múltiplos e diversos (à escala nacional e internacional). Uma coisa é certa: os atores contam, como contam os seus percursos pessoais e os contextos institucionais em que atuam. O discurso destes atores, não sendo suficiente, é uma componente fundamental para a compreensão daqueles processos.

No que respeita à questão da distinção entre o positivo e o normativo, a discussão, como sabiamente notava Hutchison na citação em epígrafe no início do capítulo, irá continuar a marcar o panorama da ciência económica. Em Portugal também. A Economia está longe de ser uma ciência monolítica. A pluralidade de pontos de vista e o debate vão continuar connosco.

Referências bibliográficas

- Barbosa, António Manuel Pinto (1946), *Economia Política, 9.ª cadeira. Segundo as lições do Exmo. Sr. Professor Doutor Pinto Barbosa*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa — Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.
- Barbosa, António Manuel Pinto (1950), *Economia I. Apontamentos baseados nas lições do Ex.mo Sr. Professor Doutor Manoel Pinto Barbosa, coligidos e publicados por Virgílio Mendes e Gustavo Matta*. 4.ª ed. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa — Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.
- Barbosa, António Manuel Pinto (2006 [1943]), “A economia, do ponto de vista positivo e do ponto de vista teleológico”, in José Luís Cardoso (org.), *Portugal como problema. A economia como solução: 1821–1974. Da Revolução Liberal à Revolução Democrática*. Lisboa: Fundação Luso-Americana e Público, 400–416.
- Bastien, Carlos (2014), “A universidade portuguesa e o corporativismo: o caso do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras”, *Boletim de Ciências Económicas*

- (*Homenagem Ao Prof. Doutor António José Avelãs Nunes*), LVII (Tomo I), 671–702. DOI: https://doi.org/10.14195/0870-4260_57-1_16
- Bastien, Carlos; Cardoso, José Luís (2000), “Pinto Barbosa: Arejar o ensino da Economia”, *Economia Pura*: 84–87.
- Bento, Vítor (2011), *Economia, Moral e Política*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Caldas, José Castro; Neves, Vítor (2012a), “Introduction: The issues at stake”, in José Castro Caldas e Vítor Neves (orgs.), *Facts, Values and Objectivity in Economics*. London: Routledge, 1–16.
- Caldas, José Castro; Neves, Vítor (2012b), “The meaning of objectivity: What can we learn from Robbins and Myrdal?” in José Castro Caldas e Vítor Neves (orgs.), *Facts, Values and Objectivity in Economics*. London: Routledge, 47–63.
- Caldas, José Castro; Neves, Vítor (orgs.) (2012c), *Facts, Values and Objectivity in Economics*. London: Routledge. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203121658>
- Cardoso, José Luís (1994), *Economia, Ética e Política na História do Pensamento Económico*. Provas de Agregação em Economia, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.5/15043>
- Cardoso, José Luís (1995), “Economia, Ética e Política na História do Pensamento Económico”, in *Ensaios de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, 151–159.
- Cardoso, José Luís (2001), *História do Pensamento Económico Português: Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cardoso, José Luís (2006), “O ponto de vista da ciência económica”, in José Luís Cardoso (org.), *Portugal como problema. A economia como solução: 1821–1974. Da Revolução Liberal à Revolução Democrática*. Fundação Luso-Americana e Público, 397–400.
- Cardoso, José Luís (2017), “Ciência económica e filosofia moral”, in Maria do Céu Patrão Esteves e João César das Neves (orgs.), *Ética Aplicada: Economia*. Lisboa: Edições 70, 97–111.
- Castro, Armando (1967), *A Evolução Económica de Portugal dos Séculos XII a XV*, vol. VI. Lisboa: Portugália Editora.
- Castro, Armando (1978), “O ensino da ciência económica na segunda metade dos anos trinta e a acção pedagógica do Professor Doutor Teixeira Ribeiro”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor J.J. Teixeira Ribeiro*, vol. 1. Coimbra: Universidade de Coimbra — Boletim da Faculdade de Direito (Número Especial), 245–253.
- Chase, Richard (1992), “The Meaning and Purposes of Political Economy: A Schumpeterian Framework”, *Methodus* (June): 31–34.
- Dasgupta: (2009), “Facts and Values in Modern Economics”, in Harold Kincaid e Don Ross (orgs.), *The Oxford Handbook of Philosophy of Economics*. Oxford: Oxford University Press, 580–640.
- Hirschman, Albert (1981), *Essays in Trespassing: Economics to politics and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hutchison, Terence W. (1964), *‘Positive’ Economics and Policy Objectives*. London: George Allen & Unwin.
- Katouzian, Homa (1980), *Ideology and Method in Economics*. London: The Macmillan Press.
- Louçã, Francisco (1999), “Francisco Pereira de Moura (1925–1998): The Founder of Modern Economics in Portugal”, *The American Journal of Economics and Sociology*, 58(2), 361–364. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1536-7150.1998.tb03477.x>

- Martins, Nuno (2019), “Ética e Economia no Mundo Contemporâneo”, in *Economia e Sociedade: Pensar o Futuro*. Lisboa: Grupo Economia e Sociedade, 190–197.
- Mendonça, António; Bastien, Carlos; Ribeiro, Elivan (1988), “Entrevista com Armando Castro”, *Vértice*, II série (4): 93–105. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.5/822>
- Moura, Francisco Pereira (1986), *Lições de Economia*. 4ª ed. Coimbra: Livraria Almedina.
- Neves, João César (2003), *O Que é a Economia?* Lisboa: Principia.
- Neves, João César (2013), *Introdução à Economia*. 10ª ed. Lisboa: Babel.
- Neves, João César; Silva, Francisco Azevedo (1999), *António Manuel Pinto Barbosa: uma biografia económica*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Neves, Vítor (2010), “O que é afinal o ‘económico’? A Economia como ciência moral e política”, in Vítor Neves e José Castro Caldas (orgs.), *A Economia sem Muros*. Coimbra: Almedina, 31–44.
- Nunes, Adérito Sedas (1963), “Introdução ao estudo das ideologias”, *Análise Social*, 1(1), 5–32.
- Nunes, Adérito Sedas (1976), *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*. 4ª ed. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais.
- Nunes, António Avelãs (2014), *Noção e Objeto da Economia Política*. 3ª ed. Coimbra: Almedina.
- Nunes, António Avelãs (2015), “Reflexões sobre a Economia Política. Homenagem ao Doutor José Joaquim Teixeira Ribeiro”. Conferência proferida na Faculdade de Direito de Coimbra, no dia 25.2.2015, no Ciclo comemorativo do centenário do *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*. Disponível em <https://www.fd.uc.pt/~anunes/arquivo.html>
- Nunes, Manuel Jacinto (1998), *O Pensamento de Keynes: Aspectos Epistemológicos e Metodológicos*. Lisboa: INCM — Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Nunes, Manuel Jacinto (2004), *Epistemologia e Metodologia Económica*. Lisboa: INCM — Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Perroux, François (1936), *Lições de Economia Política*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Perroux, François (1938), *Leçons d’Economie Politique*. Paris: Éditions Domat-Montchrestien.
- Pimenta, Carlos (1990), “Para um renascimento da Economia Política (a propósito de Katouzian)”, *Cadernos de Ciências Sociais*, 8/9: 255–267.
- Pimenta, Carlos (1995), “Ciência e Pedagogia. Racionalidade e Imaginação Hoje”, in *Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa, 91–114.
- Pimenta, Carlos (1997a), “Pluralismo Teórico nas Ciências Sociais: Espaço de Democracia, Crítica e Ciência”, comunicação apresentada ao II ENEP, Brasil. Disponível em <https://www.fep.up.pt/docentes/cpimenta/textos/pdf/aagm0037.pdf>
- Pimenta, Carlos (1997b), “Bom dia, Amigo! Em Homenagem de Armando Castro”, *Diagonal — Edição do Sector Intelectual do Porto do PCP*, 2: 7–11.
- Pimenta, Carlos (2000), “Crítica e Epistemologia”, *Vértice*, 93, 87–96.
- Pimenta, Carlos (2010), “Facetas da heterodoxia: da orto-negação à hetero-afirmação. Espaços de diálogo e de reconstrução”, in Vítor Neves e José Castro Caldas (orgs.), *A Economia sem Muros*. Coimbra: 59–74.
- Pimenta, Carlos (2013), *Interdisciplinaridade nas ciências sociais*. V. N. Famalicão: Edições Humus.
- Pimenta, Carlos (2017), *Racionalidade, Ética e Economia*. Coimbra: Almedina.
- Ribeiro, José Joaquim Teixeira (1942), *Lições de economia política (segundo as preleções do Exm.º Professor Senhor Doutor José Joaquim Teixeira Ribeiro ao 2º ano jurídico de 1941–42*.

- Comp. Armando Moreira Silva, Frederico Monteiro Lopes, Joaquim Carvalhal*). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Ribeiro, José Joaquim Teixeira (1954), “Discurso no Doutoramento Solene *Honoris Causa* do Prof. François Perroux, *Boletim da Faculdade de Direito*, XXX: 400–404.
- Ribeiro, José Joaquim Teixeira (1959), *Economia Política (de harmonia com as preleções ao 2.º ano jurídico de 1958–1959 pelo Prof. Dr. Teixeira Ribeiro)*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Ribeiro, José Joaquim Teixeira (1995), “Reflexões sobre a Objectividade na Economia Política”, *Boletim de Ciências Económicas*, XXXVIII: 157–165. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/25992>
- Robinson, Joan (1933), *The Economics of Imperfect Competition*. London: Macmillan.
- Santos, Boaventura de Sousa (1987), *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1989), *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2003), *Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado*. Porto: Afrontamento.
- Schumpeter, Joseph A. (1949), “Science and Ideology”, *The American Economic Review*, 39(2): 346–359.
- Schumpeter, Joseph A. (2006), *History of Economic Analysis*, vol. 22. Taylor & Francis e-Library.
- Silva, Augusto Santos (1986), “A ruptura com o senso comum nas ciências sociais”, in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento, 29–53.
- Silva, Manuela (1995), “Desenvolvimento e equidade: uma perspectiva ética”, in *Ensaio de homenagem a Francisco Pereira de Moura*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa, 161–167.
- Silva, Manuela (2005), “A economia é uma ciência ética”, *Cadernos de Economia* (Outubro/Dezembro): 18–20.
- Silva, Manuela (2013), *Doutoramento Honoris Causa. Discurso da laureada*. Lisboa: ISEG. Disponível em https://www.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?method=getFile&fileId=375285&_request_checksum_=85d3d604371ff0433f53a7b93d4a5d1f85bb707b
- Sousa, Alfredo (1987), *Análise Económica*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa — Faculdade de Economia.